

Moradores da Tchavola continuam ao relento

Angolense

De 25 de Dezembro de 2010

à 15 de Janeiro de 2011

O ano está a caminhar para o fim e como é óbvio - trazemos para a sua leitura dinâmica a retrospectiva de alguns factos sociais que marcaram o ano de 2010.

Siga os factos

Dez meses se passaram desde que a população na Tchavola, uma localidade que dista a cerca de nove quilómetros da cidade de Lubango, se encontra debaixo

do sol, num campo desértico.

O desastre começou no mês de Março de 2010 quando mais de três mil famílias foram obrigadas a abandonarem as suas residências, devido a uma onda de demolições que assolou a província da Huíla, propriamente na zona do caminho-de-ferro de Moçamedes orientada pelo Governo local, semanas antes ter criado condições mínimas para o alojamento condigno.

Na Tchavola, os moradores continuam a viver em situações precárias, as crianças viram-se obrigadas a abandonarem as escolas, devido

a distância e falta de recursos dos encarregados de educação para suportarem os custos com o transporte.

Os moradores estão engajados no fabrico de adobes para construir outras casas. Algumas crianças tornaram-

se adultas tão cedo para ajudarem os pais na feitura de adobes. “A vida aqui não está boa, não temos água potável nem comida. Tenho nove filhos e a fome é demais. Não

temos Cimento para construir, não sabemos o que fazer”, lamentou Augusto António, tendo acrescentado que o Governo local faz a distribuição

de água apenas duas vezes durante semana, fruto disso, muitas famílias recorrem

a cacimba, onde pagam cinquenta Kwanzas

pelo balde de vinte litros. No único posto médico existente na Tchavola, as crianças são as que mais morrem, segundo a enfermeira Guilhermina Angélica, que falou ao Angolense na edição de 09 a 16 de Outubro

de 2010. “As doenças diarreicas, malária e pneumonia e má nutrição continuam a ser a epidemia que levam às crianças a morrer mais cedo em consequência das péssimas condições. O posto médico carece de quase todo tipo de medicamento, dispõem apenas de uma médica, que no entanto atende apenas duas vezes, informou.

Depois de ter atirado para Tchavola cerca de três mil famílias, o governo da Huíla “atacou” os bairros Lucrecia e Laureanos, localizados a margem do rio Mucussi, no

centro da cidade de Lubango. Foram destruídas nesses bairros 1.557

residências. Os de alojados passaram noites ao relento com trochas e crianças em cima dos

escombros. Em função das demolições que ocorreram no Lubango, várias identidades se dirigiram a província

para consolar o povo, foi o caso do presidente da UNITA, Isaías Samakuva e um grosso de deputados do MPLA. Na altura da visita dos deputados do MPLA, Isaac dos

Anjos disse, em conferência de imprensa que a primeira fase do processo de demolições das casas construídas no espaço do caminho-

de-ferro de Moçamedes estava concluído, o que permite continuar com as obras de reabilitação da linha-férrea.’

Mas as demolições ainda não

terminaram, pois haverá uma segunda fase que prevê destruir duzentos e setenta e nove casas, que também se encontram junto a linhas-férrea, uma vez que as demolições, na sua óptica do governo, permitem a recuperação do caminho-de-ferro de Moçâmedes. Segundo o Padre Jacinto Pio Wacussanga, o Governo não teve em conta cinco aspectos principais quando decidiu demolir às residências no Lubango e em consequência disso violou a Lei. “Estamos perante um caso de violação da Lei e de tudo que diz respeito aos Direitos Humanos”, afirmou. O responsável enumerou os erros cometidos pelo Governo local, a saber:

- 1- Não houve informação suficiente e de qualidade direccionada às pessoas cuja as casas seriam demolidas.
- 2- Não se levou em conta a Lei, os protocolos internacionais, a constituição e outras legislações avulsas que falam sobre os cuidados que ,... deve ter aquando de um processo de expropriação pública.
- 3- Não se teve em conta o tempo chuvoso em que se tiram as pessoas de suas casas, para colocá-las em tendas sem condições alguma.
- 4- Não ficou acautelado, no bairro em que às pessoas estão a ser encaminhadas, o acesso a água, a escola, a saúde e ao emprego.
- 5- Não se levou em conta o número de agregado familiar, nem se verificou a acomodação dos vulneráveis,

como os doentes, idosos, crianças e as famílias mono parentais. De relembrar que no dia 14 de Outubro de 2010, o Director Provincial da Ordem Pública, comandou uma operação em que ameaçaram três jornalistas que haviam se deslocado a província da Huíla para constatarem a realidade que se vivia nas zonas onde o Governo local colocou os referidos populares cujas casas caírem por terra, O grupo estava formado por jornalistas do Jornal 'O País e um do Angolense. Os agentes da polícia apreenderam o material dos repórteres, três horas depois devolveram o material do jornalista do Angolense, os outros só receberam os seus meios as dezanove horas.